


## RELATO SOBRE OS ESQUECIDOS: OS FAVELADOS DO CANINDÉ NA OBRA *QUARTO DE DESPEJO*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Report about the forgotten: The favelados of Canindé in the work *Quarto de Despejo*, by Carolina Maria de Jesus

Jaqueline Martinho dos Santos<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-0738-5340> 

<sup>1</sup>Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social, São Paulo, SP, Brasil. 05508-000 – spghisto@usp.br

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a dinâmica das relações entre os habitantes da favela do Canindé e entre os favelados e seus vizinhos das casas de alvenaria mais próximas, capturada, principalmente, pelo olhar de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de Despejo*, mas também ilustrada em alguns jornais das décadas de 1950 e 1960. Nesse período, o Brasil vivia um momento de crescimento efervescente impulsionado por políticas desenvolvimentistas que visavam estimular o investimento e a instalação de indústrias internacionais no país. Essa efervescência, no entanto, foi vivida de forma desafiadora pela população mais pobre, especialmente nas grandes metrópoles como São Paulo, palco dessa agitação. Em geral, a miséria predominava nos barracos da favela, desencadeando, por sua vez, uma série de frustrações e violências tanto entre os favelados, quanto entre estes e seus vizinhos de maior poder aquisitivo. Sendo assim, a reflexão proposta inicialmente não poderia ser realizada sem o apoio de trabalhos produzidos por mulheres negras feministas, que abordam a intersecção de três conceitos primordiais para discutir a sociedade brasileira dos séculos XX e XXI: raça, classe e gênero.

**Palavras-chave:** violência; gênero; relações raciais; *Quarto de Despejo*.

**Abstract:** This article aims to reflect on the dynamics of the relationships between the inhabitants of the Canindé slum and the slum-dwellers and their neighbors from nearby brick houses, primarily captured through the lens of Carolina Maria de Jesus in *Quarto de Despejo*, but also illustrated in some newspapers from the 1950s and 1960s. During this period, Brazil was experiencing a moment of effervescent growth, driven by developmentalist policies aimed at stimulating investment and the installation of international industries in the country. However, this effervescence was experienced unequally by the poorest population, especially in large metropolitan areas like São Paulo, the stage of this upheaval. In general, misery predominated in the slum shacks, triggering a series of frustrations and violences, both among the slum population and between them and their wealthier neighbors. Therefore, the proposed reflection could not be carried out without the support of works produced mostly by Black feminist women, addressing the intersection of three concepts for discussing Brazilian society since its inception: race, class, and gender.

**Keywords:** violence; gender; racial relations; *Quarto de Despejo*.

## Introdução

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com suas úlceras. As favelas (Jesus, 2014, p. 85).

A epígrafe acima, extraída da obra *Quarto de Despejo*, revela as contradições de São Paulo na segunda metade do século XX. A cidade, embora se apresentasse rica e ordenada aos olhos dos recém-chegados, escondia as “úlceras” nela existentes: as favelas, cortiços e outras moradias irregulares, onde se abrigavam indigentes, operários e desempregados. Essa observação sobre a dualidade da realidade paulistana, ainda pertinente nos dias de hoje, foi feita por Carolina Maria de Jesus em 1958. Naquele ano, o Brasil era governado por Juscelino Kubitschek, que promovia uma política desenvolvimentista resumida no *slogan* “Cinquenta anos em cinco”.

Assim, a partir da década de 1950, a região metropolitana de São Paulo encontrava-se em um período de franca expansão graças à instalação de parques industriais que contribuíram para que esta se tornasse uma das mais industrializadas da América Latina, colocando, por sua vez, o Brasil em posição de destaque entre os países em desenvolvimento. Esse crescimento econômico teve como consequência um rápido aumento da população urbana, ocasionado não apenas pelo nascimento, mas também pela chegada de migrantes que, vítimas da seca que assolava o interior do Nordeste ou em busca de oportunidades de trabalho nas fábricas, deixavam os municípios e estados onde viviam para tentar a vida em São Paulo. A infraestrutura paulistana, no entanto, não seguiu o mesmo ritmo de crescimento. Dessa forma, o fenômeno das favelas, que surgiu nos anos de 1940, espalhou-se rapidamente pelo grande centro e outras partes da capital do estado.

Logo, do cenário econômico e social brasileiro que se configurou a partir de meados do século XX, em especial de São Paulo, pode-se dizer que se por um lado os esforços políticos para expandir a indústria e atrair capital estrangeiro garantiram o crescimento econômico e a modernização do estilo de vida das classes médias e ricas; por outro lado, provocaram problemas como a falta de moradia e o aumento do custo de itens essenciais – como aluguéis e alimentos – nos grandes centros, dificultando a vida dos operários mais pobres e daqueles que habitavam ou que passavam a habitar os “quartos de despejo” das grandes cidades.

Esses problemas são bem demonstrados na obra de Carolina de Jesus, então residente na favela do Canindé, por meio dos registros que ela faz de seu dia a dia e o de pessoas em condição socioeconômica semelhante, demonstrando uma visão aguçada e crítica sobre uma São Paulo que não parava de crescer. Somado a isso, a análise das características psicológicas dos favelados e das reações dos moradores das “casas de alvenaria” diante da presença desses vizinhos indesejados faz de *Quarto de Despejo* um poderoso documento para compreender a história social de São Paulo nos momentos que



antecederam a ditadura civil-militar, expondo os conflitos de classe existentes na cidade. Ademais, a narrativa produzida sob o ponto de vista de uma mulher negra e semianalfabeta, cujo cotidiano se resumia, em grande parte, à luta para alimentar seus três filhos criados sem o auxílio dos respectivos pais, acaba por tornar-se ainda mais potente enquanto documento histórico.

Não obstante a trajetória de Carolina de Jesus da favela à fama já ter sido bastante explorada, com destaque para o trabalho pioneiro, publicado em 1994, *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*, de autoria do brasilianista estadunidense Robert M. Levine e do historiador brasileiro José Carlos Sebe Bom Meihy, ainda há lacunas entre as pesquisas realizadas com relação às questões de gênero, raça e classe que permeiam *Quarto de despejo*, especialmente no que diz respeito aos personagens secundários mencionados no diário.

Dessa maneira, este artigo se propõe a desviar o foco de Carolina de Jesus, amplamente discutido, e analisar, principalmente, as histórias envolvendo esses personagens que raramente têm seu protagonismo reconhecido, buscando compreender suas ações em um contexto social limitante e desafiador, mas que também reflete os valores enraizados na sociedade da época.

A partir da análise de trechos selecionados em *Quarto de Despejo* que trazem um testemunho acerca dos conflitos entre a comunidade e os demais moradores do bairro do Canindé, concomitantemente aos estudos de notícias de jornais da época, focadas em discutir os problemas sociais da cidade de São Paulo enfrentados pela população favelada, o artigo refletirá sobre as relações de violência, dominação e exploração na favela do Canindé envolvendo as diferenças de gênero.

Além disso, será observado como tais relações foram, muitas vezes, naturalizadas em *Quarto de Despejo*, o que evidencia a normalização do machismo na mentalidade da sociedade brasileira dos anos de 1950, incluindo no pensamento de Carolina Maria de Jesus. Para a seleção das notícias, a Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, faz-se bastante útil para o estudo da imprensa no Brasil e para os objetivos do presente artigo, tanto por concentrar jornais de todo os estados do país, dos séculos XIX ao XXI, quanto por permitir a busca por palavras-chaves, poupando, assim, tempo de pesquisa.

No Canindé, como em muitas favelas e periferias atuais, a população era, em sua maioria, composta por pretos e pardos, e esse fato não escapa aos olhos de Carolina de Jesus que, cotidianamente, sentia os efeitos do racismo por detrás da ideologia da democracia racial que vigorava no Brasil de meados do século XX: “O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém” (Jesus, 2014, p. 65).

Esse racismo, como mostram diversas reportagens escritas em tom de denúncia por Geishofer, jornalista do *Correio Paulistano*, era manifestado no descaso das autoridades públicas diante dos problemas enfrentados pelos favelados, revelando a força do biopoder,



que, como aponta Sueli Carneiro, tem como projeto “deixar viver” ou “deixar morrer” determinados grupos da população, com base nos critérios raciais (Carneiro, 2023). No entanto, mesmo após a fama, esse mesmo racismo acompanhou Carolina de Jesus. Um exemplo disso é o fato de que, dado o sucesso da obra, que passou a ser considerada um *best-seller* e ocupou o topo da lista dos mais vendidos em diversos meses dos anos de 1960 e 1961<sup>1</sup>, muitos escritores da época duvidaram da autoria do livro, provavelmente por tratar-se de uma escritora de baixa escolaridade, preta e favelada.<sup>2</sup>

Em *Lugar de fala*, Djamilia Ribeiro indiretamente cita bell hooks, a qual, no texto “Intelectuais negras”, explica que, às mulheres negras, foi rejeitado o papel de pensadoras, restringindo-as às funções do corpo. Além disso, a própria imagem do “intelectual” – como homem e branco –, em uma “combinação de racismo e sexismo”, rebaixa as mulheres negras cientistas, pesquisadoras ou escritoras à categoria de “intrusas por pessoas de mentalidade estreita” (Ribeiro, 2023, p. 27).

Carolina de Jesus não foi a primeira mulher negra e nem a última a experimentar o preconceito ao transpor a posição de subalternidade a que a sociedade lhe havia relegado. No entanto, seu protagonismo, em uma época em que pouco se discutiam políticas reparadoras para a população afrobrasileira, merece ser valorizado, principalmente porque, passada a euforia inicial com que sua obra-prima foi recebida pelo público, ela passou da fama e do sucesso ao esquecimento e, por extensão, à pobreza relativa: “Na miséria, viu terminarem os seus dias” (Levine; Meihy, 1994, p. 18). Portanto, manter viva sua memória e a daqueles que surgem nas histórias e situações de seu primeiro diário é uma maneira de assegurar a humanidade de Carolina de Jesus e desses personagens hoje, talvez, completamente anônimos. Somado a isso, relacionar a narrativa de *Quarto de Despejo* com as questões sociais e políticas do Brasil nos anos 1950, além de refleti-la à luz de estudos sobre raça e gênero, é fundamental para pensar o racismo estrutural, que persiste na sociedade brasileira desde a abolição da escravatura.

No contexto das pesquisas acadêmicas, a temática sobre gênero tem ganhado cada vez mais destaque, seja no Brasil, seja em outras partes do mundo. Embora muitos estudos tenham inicialmente focado na história do movimento feminista tradicional e na violência estrutural contra as mulheres, autores como bell hooks,<sup>3</sup> em seus mais diversos textos e

---

<sup>1</sup> De acordo com diversas edições do *Correio Paulistano*, entre os anos de 1960 e 1961, *Quarto de Despejo* ocupou o primeiro lugar na lista dos livros nacionais mais vendidos, suplantando *Gabriela Cravo e Canela*, de Jorge Amado. Ver, por exemplo: SILVA, Walter Nogueira da. Livros mais vendidos. *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 out. 1960. 2ª Caderno, s/p.

<sup>2</sup> Uma notícia publicada pelo jornal *Última Hora* (PR), em 20 de agosto de 1960, a respeito do lançamento do livro de Carolina de Jesus, tinha como seguinte título: “Escritores boicotaram mas Carolina (favelada) autografou 600 livros!”. Nela, informava-se que, com a exceção dos escritores Fernando Goes e Maria de Lourdes Teixeira, ninguém do meio literário teria comparecido à sessão de autógrafos promovida pela autora na Livraria Francisco Alves. Em 27 de outubro de 1961, uma nota foi publicada pelo jornal *Correio Paulistano*, na coluna São Paulo Social, de Irene de Bojano, informava que Carolina Maria de Jesus havia embarcado para a Argentina, onde lançaria sua segunda obra *Casa de Alvenaria*. Sarcasticamente a jornalista questiona: “Será que seu ‘ghost-writer’ também foi?”.

<sup>3</sup> bell hooks, escrito com iniciais minúsculas, foi a forma adotada pela intelectual negra Glória Jean Watkins para assinar suas obras.

obras, Sueli Carneiro, em *Dispositivo de racialidade*, Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, em *Lugar de negro*, e Djamila Ribeiro, em *Lugar de fala*, são exemplos que desempenharam um papel fundamental ao realizar trabalhos que interseccionavam raça, classe e gênero. Eles, em especial bell hooks em *A gente é da hora*, não apenas discutiram as questões feministas, mas também a forma como o machismo afeta homens negros, impedindo-os de vivenciar uma masculinidade antipatriarcal e saudável.

Este artigo, ao refletir sobre *Quarto de Despejo* à luz de algumas produções desses autores, visa enriquecer as discussões sobre o assunto e oferecer uma contribuição aos pesquisadores que se dedicam ao estudo da obra de Carolina Maria de Jesus.

## Retrato dos problemas sociais da favela

No barraco nº 9 da Rua A, vivia uma mulher negra, mãe solteira, a quem o jornalista do Grupo Folha, Aurélio Dantas, com a intenção de escrever uma reportagem sobre o assentamento irregular que crescia às margens do Rio Tietê, conheceu na favela do Canindé. Ao tomar conhecimento dos cadernos amarelados onde, diariamente ou quase diariamente, Carolina Maria de Jesus registrava seu dia a dia e o de seus companheiros de infortúnio, Dantas logo desistiu de escrever sua história, pois a melhor delas já havia sido escrita por alguém que, de forma tão íntima, conhecia a realidade daquele lugar (Jesus, 2014).

O valor dos escritos era evidente, o que explica o interesse do jornalista em publicá-los e o sucesso da obra após a publicação, resultando em sua tradução para treze idiomas (Jesus, 2014). Esse sucesso, por sua vez, não apenas transformou a vida de Carolina Maria de Jesus e a de seus filhos, como tornou ainda mais visível o problema da favela e da população favelada. Consequentemente, no final de 1961, um ano após o lançamento de *Quarto de Despejo* e da ocorrência de uma grande enchente que assolou a favela do Canindé, o então prefeito de São Paulo, Ademar de Barros, demoliu simbolicamente o “último barraco” existente no local (Prefeitura do município de São Paulo, 1962).

Aquela, porém, não havia sido a primeira vez que a favela do Canindé ganhava a atenção dos paulistanos. Em 15 de novembro de 1955, exatamente quatro meses após o início da escrita de *Quarto de Despejo* por Carolina de Jesus, foi publicada no *Correio Paulistano* uma reportagem cujo tema era a miséria e o drama de crianças e adultos nessa favela, escrita pelo jornalista Antonio Ruy Geishofer. No dia seguinte, no mesmo jornal, outro artigo, também de Geishofer, denunciava os “perniciosos resultados de reportagens insensatas” (Geishofer, 1955, p. 8) que afirmavam a existência de antros de prostituição e crime na favela. Segundo o repórter, entre as consequências desses textos produzidos por jornalistas apressados que, sem conhecer de fato a realidade, extraíam informações de alguns moradores, estavam o estigma, a discriminação e a segregação de crianças faveladas nas escolas. Além disso, foi apontada como efeito dessas notícias a “afoiteza” da Prefeitura de São Paulo ao exigir, até janeiro de 1956, a desapropriação do terreno pelos residentes da favela do Canindé, sem a publicação de um plano que visasse realocar a





população em situação de extrema pobreza. Para Geishofer, ainda que a desativação das favelas fosse possível de maneira paulatina e com o auxílio do Estado aos favelados, garantindo-lhes condições melhores de vida e por meio de projetos de urbanização, tal desativação nas condições que era apresentada naquele momento seria “um verdadeiro crime”.

No início de 1960, um plano emergencial, defendido pelo jornalista do *Correio Paulistano* anos antes, foi criado para o desfavelamento do Canindé. De acordo com documento publicado pela Prefeitura de São Paulo dois anos depois, a proposta buscava beneficiar um maior número possível de pessoas. Entretanto, ao ler esse documento, é evidente a fragilidade das medidas adotadas, as quais consistiam, basicamente, no pagamento de passagens de retorno a pessoas migrantes de outros estados ou regiões do Brasil e que manifestassem o desejo de voltar a sua terra de origem; a cobertura de dois ou três meses de aluguéis de quartos ou casas, devendo após isso os inquilinos assumirem os custos por conta própria; e o empréstimo às famílias para adquirir casas ou terrenos por meios de compras ou para a construção de casas de madeira ou de alvenaria em terrenos já comprados por elas. Em último caso, quando a situação dos favelados impossibilitasse qualquer uma das medidas anteriores, a decisão foi a construção de conjuntos residenciais, onde essas pessoas viveriam por um prazo de cinco anos, podendo ser estendido por mais tempo caso fossem consideradas indigentes (Prefeitura do município de São Paulo, 1962).

Verifica-se, portanto, que o plano tinha sobretudo um caráter auxiliar, permanecendo os habitantes do Canindé como os principais responsáveis pela transformação de sua realidade. Ainda de acordo com o documento, para a execução do projeto havia sido disponibilizada a soma de Cr\$11.924.160,00, distribuída de forma que cada uma das 230 famílias existentes na favela fosse atendida com o valor inicial de Cr\$40.000,00, aumentando posteriormente para Cr\$70.000,00<sup>4</sup> (Prefeitura do município de São Paulo, 1962). Todavia, dada a fragilidade financeira dos favelados, de acordo com o relato em *Quarto de Despejo* e as notícias de jornais da época, não é difícil de imaginar que muitas famílias tivessem retornado para as ruas ou passado a viver em outras formas de habitação irregular, tempos após a demolição de seus barracos.

Naquele momento, o problema das favelas era relativamente novo na cidade de São Paulo, sendo que as primeiras delas no município datavam dos anos de 1942 a 1945 (Prefeitura do município de São Paulo, 1962). A própria favela onde habitava Carolina de Jesus teria surgido por essa data, durando ao todo quinze anos. Apesar disso, seu crescimento era vertiginoso, com um total de 904 habitantes apenas na favela do Canindé, no final de 1961 (Prefeitura do município de São Paulo, 1962).

Diferente do Rio de Janeiro, onde os favelados sentiam-se integrados às suas comunidades no morro, em São Paulo, as favelas eram vistas, na metade do século XX,

---

<sup>4</sup> Convertendo o valor de Cr\$11.924.160 para reais, considerando o IGP-DI de 2020, a quantia atualizada seria de R\$2.684.698,47. Cada família recebeu, inicialmente, o equivalente a R\$9.005,91 e, posteriormente, cerca de R\$15.760,35. Disponível em: <https://arquivoee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/> Acesso em: 15 fev. 2025.

como um território de passagem, no qual ocorreria o processo de transformação do migrante e do imigrante que acabavam de chegar à cidade para a condição de assalariado nas fábricas, alinhados ao progresso crescente. Conforme aponta a análise de Levine e Meihy a partir do relato dos entrevistados que participaram de seu projeto de História Oral para a composição do livro *Cinderela Negra*, um dos primeiros esforços, já mencionado, para escrever a biografia de Carolina de Jesus, apresentando também a visão daqueles que conviveram com a escritora, “a favela era um estágio que logo seria superado” (Levine; Meihy, 1994, p. 125).

Assim, entre a publicação de *Quarto de Despejo* e o golpe civil-militar, ou melhor, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 1968, houve algumas iniciativas partidas de segmentos acadêmicos e das classes médias urbanas para discutir os problemas da favela e dos favelados, como o Movimento Universitário de Desfavelamento (1961-1967), fundado por estudantes do centro acadêmico da Faculdade de Direito da USP e que promovia palestras, discussões e ações de conscientização sobre o tema (Levine; Meihy, 1994). Essa ação corroborava a tese de transitoriedade da favela (Levine; Meihy, 1994). No entanto, dado o endurecimento do regime militar, o alcance dessas iniciativas acabou sendo reduzido.

Na favela do Canindé, ainda que houvesse o predomínio de afrodescendentes, a população era composta por pessoas de diferentes origens: desde migrantes “nortistas”, atraídos pelas promessas de empregos no ramo da indústria e de uma vida melhor, a ciganos e imigrantes, como portugueses e espanhóis, que, de alguma forma, passavam a residir, ainda que temporariamente, nessas comunidades. Todos compartilhavam a mesma situação de miséria, marcada pela falta de saneamento básico, de água encanada e de pavimentação. Por conta da proximidade das moradias ao rio Tietê e pela constante necessidade de recorrer ao lixo para complementar a alimentação, eram constantes os casos de doenças e verminoses entre adultos e crianças, quando não a morte. A existência de apenas uma única torneira com água potável para atender a todos os residentes dificultava ainda mais o asseio pessoal. Ademais, as longas filas para a retirada de água, pouco aliviadas após a implementação de uma segunda torneira, eram a causa constante de brigas entre as mulheres, geralmente as principais encarregadas de abastecer a água de casa (Jesus, 2014).

Denúncias sobre os descasos das autoridades públicas com a situação dos favelados encontram-se presentes tanto na obra de Carolina de Jesus quanto no artigo do jornalista Ruy Geishofer sobre as favelas de São Paulo. Em diversos momentos, essas duas figuras fizeram críticas ao Serviço Social, que teria sido criado para “reajustar os desajustados” (Jesus, 2014, p. 40), mas que, em vez disso, se preocupava apenas em colher “os nomes e os endereços” das pessoas. “Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola” (Jesus, 2014, p. 42).

Os políticos, por sua vez, eram acusados de serem ausentes na maior parte das situações, surgindo apenas durante os períodos de eleição. O descaso das autoridades



públicas com o sofrimento dos indigentes, entre os quais a taxa de mortalidade era elevada, sobretudo a infantil, revela o alcance e a eficácia do biopoder, em que o racismo atua como o “legitimador do direito de matar, que será exercido pelo Estado por ação ou omissão, de forma direta ou indireta” (Carneiro, 2023, p. 66), de determinado grupo racial, ao passo que atua para promover a existência e a reprodução de outro grupo considerado merecedor da vida, conforme sustenta Sueli Carneiro com base na análise de Foucault (Carneiro, 2023) e corrobora Carolina de Jesus por meio de seu relato:

Eu ontem comi aquele macarrão do lixo com receio de morrer, porque em 1953 eu vendia ferro lá no Zinho. Havia um pretinho bonitinho. Ele ia vender ferro lá no Zinho. [...] Um dia eu ia vender ferro quando parei na Avenida Bom Jardim. No Lixão, como é denominado o local. Os lixeiros haviam jogado carne no lixo. E ele escolhia uns pedaços: Disse-me: – Leva, Carolina. Dá para comer.

Deu-me uns pedaços. Para não maguá-lo aceitei. Procurei convencê-lo a não comer aquela carne. Para comer os pães duros ruidos pelos ratos. Ele disse-me que não. Que há dois dias não comia. Acendeu o fogo e assou a carne. A fome era tanta que ele não pôde deixar assar a carne. Esquentou-a e comeu.

[...]

No outro dia encontraram o pretinho morto. Os dedos do seu pé abriram. O espaço era de vinte centímetros. Ele aumentou-se como se fosse de borracha. Os dedos do pé parecia leque. Não trazia documentos. Foi sepultado como um Zé qualquer. Ninguém procurou saber seu nome. Marginal não tem nome.

... De quatro em quatro ano muda-se os políticos e não soluciona a fome, quem tem sua matriz na favela e as sucursais nos lares dos operários (Jesus, 2014, p. 39-40).

Apesar das dificuldades compartilhadas por todos, a autora argumenta que a única coisa que não existe na favela é a solidariedade (Jesus, 2014). Dessa maneira, a precariedade da vida era agravada pela exploração e as ardilosas relações entre os próprios favelados em sua luta pela sobrevivência.

Como afirma Carolina de Jesus, havia aqueles que faziam barracões para alugar, embora isso fosse proibido, e outros que os construíam para vender. Tibúrcio e Dona Rosa, a quem a autora definiu como “arranca couro”, eram duas dessas pessoas. Os aluguéis giravam em torno de 500 a 700 cruzeiros, enquanto os barracões para vender custavam 11 mil cruzeiros, gastando-se 4 mil para fazê-lo (Jesus, 2014). Um dos potenciais compradores desses barracos era Francisco, um homem doente, aposentado pela Caixa, que, além do aluguel, pagava 100 cruzeiros de luz e ainda sustentava quatro familiares, que dependiam da sua renda (Jesus, 2014).

Segundo Ruy Geishofer, a pobreza extrema tornava insensíveis os favelados, que, mesmo diante da morte, eram indiferentes ao sofrimento alheio. Assim, mesmo os velórios tornavam-se espaços para as gargalhadas, para as conversas fúteis, como o futebol, ou ainda “motivo para a farra” (Jesus, 2014, p. 139). Todavia, a insensibilidade atingia também os moradores das casas de alvenaria, vizinhas da favela, revelando a tensão existente entre



as diferentes classes sociais que conviviam próximas entre si.

Carolina de Jesus pontua que a aversão à favela no bairro do Canindé havia sido expressa em diversas ações, como na organização de um abaixo-assinado com a tentativa de remover a população favelada. “...Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de odio porque eles não quer a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobreza. Esquecem eles que na morte todos ficam pobres” (Jesus, 2014, p. 55).

Outra mulher reclamava que passou numa casa e pediu uma esmola. A dona da casa mandou esperar [...] A mulher continuou dizendo que a dona da casa surgiu com um embrulho e deu-lhe. Ela não quis abrir o embrulho perto das colegas, com receio que elas pedissem. Começou pensar. Será um pedaço de queijo? Será carne? Quando ela chegou em casa a primeira coisa que fez, foi desfazer o embrulho [...]. Quando desfez o embrulho viu que eram ratos mortos.

Tem pessoas que zombam dos que pedem (Jesus, 2014, p. 61-62).

Ao descrever seus anos como moradora da favela do Canindé, a espanhola Dona Maria Puerta, uma das poucas pessoas a quem Carolina de Jesus elogia em sua obra, expõe uma visão diferente, mesmo oposta àquela presente em *Quarto de Despejo*, acerca da comunhão entre os favelados. Para ela, a vida na favela era sofrida, sendo o Carnaval e o mês de junho, com as festas juninas, os períodos de maior festa. “A comunidade é que fazia os preparativos: recortar e colar bandeirolas pelas casas, cozinhar. Cada um oferecia um quitute, de graça! Ninguém vendia nada! E a criançada adorava: tinha cocada, batata doce, quentão. Varávamos a madrugada nos divertindo!” (Levine; Meihy, 1994, p. 109).

Essa diferença de olhares entre ambas sobre os seus antigos vizinhos, em parte, pode ser justificada pela diferença de tempo em que cada uma apresentou seu testemunho – Carolina de Jesus escreveu seu diário enquanto ainda habitava o Canindé, ao passo que Maria Puerta foi entrevistada muitos anos depois de ter se mudado da favela e, portanto, pode ter deixado expresso em seu relato marcas de uma nostalgia em relação ao passado. Por outro lado, essa diferença também pode ter ocorrido devido às experiências particulares das duas mulheres: uma negra, mãe solteira, menos integrada à comunidade em que vivia; e a outra, branca, de origem europeia, casada e com maior rede de apoio, o que pode ter contribuído para que recebesse um tratamento melhor e mais amistoso.

Como mencionado anteriormente, a maioria da população das favelas no Brasil é composta por pessoas negras. Isso torna impossível dissociar cor e condição social, pois o racismo organiza e controla as relações sociais e raciais, especialmente em sociedades como a brasileira, que têm um passado marcado pela escravidão. Nesse contexto, a pobreza se torna uma condição estrutural da raça negra, considerando que a mobilidade social é rigidamente controlada pela racialidade (Carneiro, 2023). Assim, pode-se argumentar que o desprezo dos habitantes mais ricos do Canindé não se dava apenas pela existência da favela em si, mas também pela presença de grupos racialmente considerados inferiores.



Segundo diversos autores, como Sueli Carneiro e Lélia Gonzales, o racismo apenas se torna viável com a desumanização dos negros. Soma-se a essa questão, tornando o problema do racismo ainda mais desafiador, a interiorização da inferioridade por muitos afrodescendentes. Ao desejar uma enchente para “arrazar a favela e matar estes pobres cacetes”, como teria expressado uma senhora habitante do bairro do Canindé (Jesus, 2014, p. 54), percebe-se a desvalorização da vida de pessoas em situação de miséria, que, como se sabe, tem cor bastante definida entre a maioria.

O lugar natural do branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc. até a polícia formalmente constituída. [...] Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente. Da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (Gonzalez, 2022, p. 22).

Assim, a suposta democracia racial e a harmonia entre as raças, já colocadas em xeque por Carolina Maria de Jesus, apenas seriam possíveis com o negro conhecendo o seu lugar.

### **A violência no contexto do Canindé**

A escrita foi o meio encontrado por Carolina Maria de Jesus para canalizar as dores e frustrações da vida de miséria (Jesus, 2014). No entanto, para a maioria dos favelados, a aguardente exercia essa função. Mesmo crianças acabavam entrando cedo no vício do alcoolismo, como o “Joãozinho, filho da Deolinda”, a quem Carolina de Jesus surpreendeu com um chicote na mão atirando pedra em seus filhos. No relato desse episódio, ela comenta que, ao arrebatá-lo o chicote, sentiu cheiro de álcool: “Pensei: ele está bêbado porque ele nunca fez isto. Um menino de 9 anos. O padrasto bebe, a mãe bebe e a avó bebe. E ele é quem vai comprar pinga. E vem bebendo pelo caminho” (Jesus, 2014, p. 109).

Ainda segundo a autora, a bebida era o “paliativo” presente tanto nas épocas festivas quanto nos enterros (Jesus, 2014), além da causa de muitas brigas que ocorriam entre marido e mulher ou entre os vizinhos. Era somente nos momentos de dificuldades financeiras que se percebia a ausência do álcool e, conseqüentemente, a diminuição dos conflitos (Jesus, 2014). No relato de Carolina de Jesus, as brigas são um elemento constante, e eram vistas como verdadeiros “espetáculos” (Jesus, 2014), atraindo a atenção dos favelados, adultos e crianças, mas também dos vizinhos das casas de alvenaria mais próximas.

O uso de armas, em especial de “peixeiras”, nos conflitos envolvendo pessoas de origem nordestina, ou “nortistas” como eram popularmente designados, resultava em constantes intervenções da Rádio Patrulha, a polícia da época. A intervenção de Carolina de Jesus nessas contendas apenas ocorria quando ela previa “um crime”. Mesmo assim, nas palavras dela: “Se eu guardasse todo o dinheiro que já gastei telefonando para a Rádio



Patrulha, eu podia comprar um quilo de carne!” (Jesus, 2014, p. 112). Ademais, isso acabava rendendo-lhe desafetos e xingamentos, como o de “entrometida” (Jesus, 2014, p. 51).

A análise desses e de outros eventos, incluindo relatos de homicídios publicados nos jornais da época, revela que a dinâmica das relações entre homens e mulheres, e mesmo entre os próprios homens da favela do Canindé, tinha na violência um fator determinante para a afirmação da masculinidade. Isso, obviamente, não pode ser resumido apenas ao contexto da favela, mas sim estendido a toda a sociedade brasileira, cujas bases patriarcais ainda se fazem presente atualmente.

Na análise de bell hooks sobre os pós-escravidão nos Estados Unidos, o qual apresenta diferenças, mas também similitudes com o Brasil dos tempos de Carolina de Jesus e mesmo dos dias atuais, o “patriarcado supremacista branco capitalista imperialista” (hooks, 2022, p. 37), embora ancorado no racismo, na violência e na exploração, tornou-se atraente para muitos homens negros. Isso porque o machismo patriarcal hegemônico passou a funcionar como a medida pela qual homens de diferentes origens raciais tiveram sua masculinidade reconhecida, mesmo que isso envolvesse a exploração e a subjugação das mulheres e crianças, frequentemente recorrendo ao uso da violência (hooks, 2022).

A esse machismo, opunha-se a figura do patriarca benevolente, isto é, aquele responsável pela manutenção do lar e da família e que exerce seu poder sem o uso da força. O patriarca benevolente atraía, sobretudo, os negros ilustrados, enquanto o machismo patriarcal se fazia presente, na maior parte das vezes, entre a maioria dos homens de menos recurso e instrução. Apesar disso, tanto um quanto o outro representam dois lados de uma mesma moeda que reforça os ideais hegemônicos impostos pelos homens brancos.

A violência, portanto, era um fator comum na favela do Canindé, bastante exposto, mas pouco problematizado em *Quarto de Despejo*. Nesse local, as brigas eram ainda agravadas pelo vício do alcoolismo. Dessa forma, era comum que um ou ambos os contendores envolvidos nos conflitos estivessem sob o efeito do álcool. Era também frequente o fato de que as mulheres, para evitar serem espancadas, saíssem às ruas com pouca ou com nenhuma vestimenta, sem compreender bem por qual razão a nudez ocorria nesse contexto. Tais cenas, por sua vez, atraíam a presença de meninos e meninas, que, desde cedo, acabavam normalizando situações de violência, reproduzindo-as entre si.

Em outros episódios relatados por Carolina de Jesus, as agressões praticadas por homens eram direcionadas a mulheres com as quais eles não possuíam nenhuma relação afetiva ou de parentesco. Em uma das festas promovidas por “nortistas”, “a mulher do Chó”, cujo nome real não chegou a ser mencionado, escolhia para dançar apenas os homens “mais bonitinhos”. Desse modo, “um pernambucano”, após convidá-la para dançar e se ver preterido por ela, “enfureceu-se”, intencionando investir-lhe com uma peixeira: “A única coisa que eu vejo correr com rapidez são os ratos e coelhos. E os relâmpagos. Mas a mulher do Chó quando viu a peixeira na sua direção suplantou o relâmpago” (Jesus, 2014,



p. 76).

As testemunhas conseguiram arrancar a peixeira das mãos do “pernambucano”, que, no entanto, não sossegou: “Hoje eu mato, hoje tem sangue na favela” (Jesus, 2014, p. 76), e com um pau arrancado da cerca de um vizinho chegou até a casa do Chó, bradando “Sai pra fora! Sai pra fora, biscate vagabunda!” (Jesus, 2014, p. 76). Iniciou-se uma confusão, e nesse momento a “mulher do Chó” aproveitou para escapar “igual fumaça” (Jesus, 2014, p. 76).

O tom aparentemente jocoso ao descrever a reação da “mulher de Chó” diante das ações do “pernambucano” demonstra, por sua vez, certo grau de normalização da violência e do machismo mesmo no pensamento de Carolina de Jesus, uma mulher, sem dúvidas, à frente do seu tempo. Essa normalização torna-se mais evidente quando a autora comenta a respeito de Leila, uma das moradoras do Canindé que sofria de alcoolismo e que estava sempre entrando em conflitos com os vizinhos, fossem homens ou mulheres. Quando bebia, ela tinha o hábito de ofender as pessoas, e isso se tornava motivo para que homens a atacassem, muitas vezes de maneira desproporcional. Apesar de reconhecer a brutalidade dos ataques, Carolina de Jesus acaba transferindo para a vítima a responsabilidade pela violência.

[...] as mulheres estavam comentando que os homens beberam 14 litros de pinga. E a Leila insultou um jovem e ele espancou-a. Lhe jogou no solo e deu um ponta-pé no rosto. O ato é selvagem. *Mas a Leila quando bebe irrita as pessoas.* Ela já apanhou até do Chiclé um preto bom que reside aqui na favela. Ele não queria espancá-la. *Mas ela desclassificou-lhe demais.* Ele deu-lhe tanto que até arrancou-lhe dois dentes. E por isso o apelido dele aqui na favela é Dentista. A Leila ficou com o rosto tão inchado que foi preciso tomar pinicilina (Jesus, 2014, p. 86, grifos nossos).

Conforme indica bell hooks, o machismo não cooptou somente os homens negros, mas também muitas mulheres, que, ao manifestarem o desejo de possuírem figuras masculinas que as protegessem, aceitavam os papéis desiguais de gênero, ainda que isso lhes significassem a subordinação, a violência e a exploração, incluindo a financeira (hooks, 2022).

Esse, porém, não era o caso de Carolina de Jesus, que, embora tivesse apresentado situações de violência envolvendo homens e mulheres de maneira menos crítica, tinha consciência da posição de subalternidade a que muitas mães e esposas encontravam-se perante seus companheiros, mesmo sendo elas frequentemente as principais provedoras do lar.

As mulheres saíram, deixou-me em paz por hoje. Elas já deram o espetáculo. [...] Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associações de caridade. Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer especie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar.



[...] A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas (Jesus, 2014, p. 16-17).

Carolina Maria de Jesus, mãe de três crianças de pais diferentes, entre os quais somente um disponibilizava alguma ajuda para o sustento da filha Vera Lúcia, percebeu desde cedo que a mulher negra, não tendo sido “educada para se casar com um ‘príncipe encantado’, mas para o trabalho (por razões históricas e socialmente econômicas concretas)” (Gonzalez, 2022 p. 46), não fazia o gênero submissa.

## Considerações finais

Mais de sessenta anos se passaram desde a publicação de *Quarto de Despejo* de Carolina Maria de Jesus. Ao longo desse período, muitas transformações ocorreram na sociedade brasileira: leis, como a do divórcio, foram aprovadas, as cotas raciais passaram a vigorar nos vestibulares e concursos públicos nacionais, a expectativa de vida aumentou e a taxa de mortalidade infantil foi reduzida. Apesar disso, a obra dessa mulher negra, semianalfabeta e favelada ainda continua sendo o retrato de muitas das dificuldades enfrentadas pelos afrodescendentes nas favelas e periferias da cidade mais rica do Brasil: São Paulo.

Dessa forma, é impossível negar a atualidade de *Quarto de Despejo* e os potenciais estudos que ela ainda desperta. Neste breve artigo, procurou-se apontar uma pequena parte do que esse documento histórico tem a oferecer: as relações de violência e desigualdade no contexto de miséria da favela do Canindé, que, aparentemente, eram invisíveis aos olhos públicos antes da publicação do diário de Carolina Maria de Jesus. Pode-se perceber que, além da miséria e da luta diária pela sobrevivência, os favelados ainda precisavam lidar com o alcoolismo, o desdém dos vizinhos das casas de alvenaria e os conflitos internos entre os moradores. As principais vítimas de tudo isso eram as crianças, que, tão cedo, acabavam reproduzindo aquilo que aprendiam com seus pais e vizinhos, perpetuando os ciclos de violência e exclusão social.

## Referências

BOJANO, Irene. São Paulo social. **Correio Paulistano**, São Paulo, ano 108, n. 32.392, p. 10, 27 out. 1960.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

ESCRITORES boicotaram mas Carolina (favelada) autografou 600 livros!. **Última Hora**, Paraná, ano IX, n. 2.571, p. 8, 20 ago. 1960.

GEISHOFER, Antonio Ruy. Evitadas e humilhadas – As crianças da favela. **Correio Paulistano**, São Paulo, ano 102, n. 30.558, p. 6, 15 nov. 1955.





GEISHOFER, Antonio Ruy. Urge um plano para o saneamento das favelas. **Correio Paulistano**, São Paulo, ano 102, n. 30.559, p. 8, 16 nov. 1955.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HOOKS, bell. **A gente é da hora**: homens negros e masculinidade. São Paulo: Elefante, 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: o diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2010.

LEVINE, Robert M.; MEIHY, José Carlos S. B. **Cinderela negra**: a saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

SÃO PAULO (Cidade). Divisão de Serviço Social, “Desfavelamento do Canindé”, 1962.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2023.

#### NOTAS DE AUTORIA

**Jaqueline Martinho dos Santos** (jaquel.martinho@gmail.com) doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), com período de doutorado-sanduíche na Harvard University (2023-2024). Mestra em Ciências pelo mesmo programa (2020) e bacharela em História (2017) pela FFLCH-USP. Interesses de temas relacionados ao racismo, escravidão, abolição e relação entre História e Literatura.

#### Agradecimentos

Não se aplica.

#### Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT

SANTOS, Jaqueline Martinho dos. Relato sobre os esquecidos: os favelados do Canindé na obra *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 30, p. 01-15, 2025.

#### Contribuição de autoria

Não se aplica.

#### Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

#### Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

#### Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

#### Conflito de interesses

Não se aplica.

#### Licença de uso

Os/as autores/as cedem à Revista Anuário de Literatura os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.



**Publisher**

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

**Histórico**

Recebido em: 17/03/2025

Revisões requeridas em: 15/06/2025

Aprovado em: 28/10/2025

Publicado em: 11/11/2025

